



Bracher, (com Chiarelli ao meio) e Milliet: esforço para explicar.



Bresser com os peemedebistas: um encontro difícil.

A CACA AOS DÓLARES

O Brasil vai à luta: precisa de três bilhões.

A ofensiva para levantar US\$ 3 bilhões entre os bancos credores internacionais, dos quais US\$ 1 bilhão deverão ser desembolsados em dezembro, deverá começar hoje, como informou, ontem, um dos negociadores do acordo provisório fechado com o Brasil na semana passada, em Nova York.

O ponto de partida da ofensiva entre os bancos será uma mensagem do ministro Bresser Pereira, pronta desde a última quinta-feira. Em suas quatro folhas, o Brasil também pede a concordância do sistema financeiro internacional para o seu programa de securitização da dívida, sobre o qual não se diz uma palavra no comunicado final que foi distribuído à imprensa após 21 dias de intensas negociações.

A mensagem-circular do ministro Bresser Pereira será acompanhada de uma outra, assinada pelo presidente do Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, William Rhodes. E as duas mensagens terão por base um longo relatório detalhando o acordo que foi alcançado.

Um banqueiro americano, falando ontem ao **JT**, defendeu o acordo entre o Brasil e os bancos credores, que chamou de "o primeiro passo para um acordo maior", lembrando que ele só cobre os juros de 1987:

"O governo brasileiro, dentro da situação difícil em que se encontra, no momento,

fez um trabalho razoavelmente bom" — disse ele, criticando quem diz que o acordo foi uma vitória dos banqueiros, ou, ao contrário, que a vitória tenha sido do Brasil. As opiniões têm sido contrastantes porque cada parte se permite interpretar frases propositadamente vagas do comunicado final: assim, o que para alguns banqueiros é um compromisso brasileiro de retorno ao FMI, por exemplo, para os negociadores brasileiros é a reafirmação da posição defendida desde o princípio pelo ministro Bresser Pereira, a de que o acordo com os bancos não depende do FMI, nem a ele está vinculado.

"Considerando as circunstâncias, do acordo não é ruim para os dois lados" — diz o banqueiro Pedro Pablo Kuczynsky, do First Boston, e que está trabalhando com o ministro Bresser Pereira na securitização da dívida.

Alguns banqueiros americanos, durante o fim de semana, disseram ao **Washington Post** que o acordo provisório concluído na quinta-feira significava várias concessões do Brasil. Como exemplo, falavam que "o presidente Sarney terá que submeter sua política econômica ao escrutínio do FMI", lembravam que a taxa de juros a ser paga é de 7/8 acima da **Libor**, quando a posição do Brasil era a de só pagar a **Libor** e ressaltavam que "o Brasil, aparentemente, teve que abandonar a idéia de depositar em caução

os US\$ 1,5 bilhão que pegará de suas reservas para pagar juros atrasados".

O próprio presidente do Comitê Credor, William Rhodes, que se mostrou muito nervoso durante os dias de negociações com o time brasileiro, declarou que "acredito que este é o primeiro passo para o retorno do Brasil ao caminho do crédito".

"Não é uma vitória para ninguém", reagiu um banqueiro europeu sobre a disputa em torno de quem teria lucrado mais com o acordo provisório, acrescentando: "Houve concessões dos dois lados para manter o diálogo aberto". De qualquer forma, os grandes credores do Brasil estão antecipando uma grande resistência dos bancos regionais quando convocados a contribuir para os US\$ 3 bilhões que cabe aos bancos emprestar, a partir de hoje, quando são despatchadas por telex as mensagens do ministro Bresser Pereira e de William Rhodes, e o relatório detalhando o acordo.

As notícias do acordo provisório ainda não contribuíram para melhorar a posição das ações dos bancos credores na Bolsa de Valores de Nova York. Elas continuavam caindo ontem em cerca de 40 pontos. Como o negociador Fernão Bracher dizia, encerrando as negociações, "o Brasil não tem peso para alterar o comportamento da Bolsa", nos Estados Unidos.

Moisés Rabinovici, de Washington.